

Hannah Arendt

Sobre a violência

7ª edição

Tradução de
André Duarte



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2016

Copyright © 1970, 1969 by Hannah Arendt
Publicado mediante acordo com Harcourt, Inc.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Arendt, Hannah, 1906-1975
A727s Sobre a violência / Hannah Arendt [tradução André
7ª ed. de Macedo Duarte]. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2016.

Tradução de: On violence
Apêndice
Conteúdo parcial: Poder e violência no pensamento político
de Hannah Arendt / André Duarte
ISBN 978-85-200-0789-1

1. Violência. I. Título.

09-4018

CDD: 303.6
CDU: 316.485.26



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução,
armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através
de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa.

Direitos desta tradução adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Um selo da
EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA.
Rua Argentina 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ –
Tel.: (21) 2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.
Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos
e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:
mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002

Impresso no Brasil
2016

Para Mary, com amizade

últimos anos se baseiam de fato nessa convicção.) Entretanto, é função de toda ação, como distinta do mero comportamento, interromper o que, de outro modo, teria acontecido automaticamente, tornando-se portanto previsível.

Capítulo 2

É contra o cenário dessas experiências que proponho analisar a questão da violência no âmbito da política. Isso não é fácil. O que Sorel observou há sessenta anos, que “os problemas da violência permanecem muito obscuros”,⁵⁵ ainda é tão verdadeiro hoje como antes. Mencionei a relutância geral em tratar a violência como um fenômeno em si mesmo e devo agora qualificar essa afirmação. Se nos voltamos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder. “Toda política é uma luta pelo poder; a forma definitiva do poder é a violência”, disse C. Wright Mills, fazendo eco, por assim dizer, à definição de Max Weber, do Estado como “o domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima”.⁵⁶ O consenso

⁵⁵Georges Sorel, *Reflections on Violence*, “Introduction to the First Publication” (1906), Nova York, 1961, p. 60.

⁵⁶*The Power Elite*, Nova York, 1956, p. 171; Max Weber no primeiro parágrafo de *Politics as a Vocation* (1921). Weber parece ter sido consciente de sua concordância com a esquerda. No contexto, ele cita a observação de Trotsky em Brest-Litovisk — “todo Estado baseia-se na violência” — e acrescenta: “Isto é de fato verdadeiro.”

é muito estranho, pois equacionar o poder político com a “organização dos meios da violência” só faz sentido se seguirmos a consideração de Marx, para quem o Estado era um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante. Voltemo-nos, portanto, para autores que não acreditam que o corpo político e suas leis sejam superestruturas meramente coercitivas, manifestações secundárias de algumas forças subjacentes. Voltemo-nos, por exemplo, para Bertrand de Jouvenel, cujo livro, *Poder*, é talvez o tratado recente de mais prestígio e, de qualquer maneira, o mais interessante a esse respeito. Escreve ele: “Para aquele que contempla o desenrolar das eras, a guerra se apresenta como uma atividade que diz respeito à essência dos Estados.”⁵⁷ Isso nos leva a perguntar se o fim da guerra não significaria o fim dos Estados. O desaparecimento da violência nas relações entre os Estados significaria o fim do poder?

Ao que parece, a resposta dependerá do que compreendemos como poder. E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de domínio,⁵⁸ enquanto o domínio, assim nos é dito, deve a sua existência a um “instinto de dominação”.⁵⁹ Lembra-mos imediatamente do que Sartre disse a respeito da violência quando lemos em Jouvenel que “um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade”, o que lhe dá um “prazer incomparável”.⁶⁰ “O poder”, disse Voltaire, “consiste em fazer com que os outros ajam conforme eu escolho”; ele está presente onde quer que eu tenha a oportunidade de “afirmar minha própria vontade contra a re-

⁵⁷*Power: The Natural History of its Growth* (1945), Londres, 1952, p. 122.

⁵⁸No original, *rule*. (N. T.)

⁵⁹*Ibidem*, p. 93.

⁶⁰*Ibidem*, p. 110.

sistência” dos outros, disse Max Weber, lembrando-nos da definição de Clausewitz, da guerra como “um ato de violência a fim de compelir o oponente a fazer o que desejamos”. A palavra, nos é dito por Strausz-Hupé, significa “o poder do homem sobre o homem”.⁶¹ De volta a Jouvenel: “Comandar e obedecer, sem isto não há poder — e, com isto, nenhum outro atributo é necessário para que ele exista. (...) Aquilo sem o que não há poder: essa essência é o comandar.”⁶² Se a essência do poder é a efetividade do comando, então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma e seria difícil dizer “em que medida a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um pistoleiro”. (Citei o importante livro de Alexander Passerin d’Entrèves, *A noção do Estado*, o único autor que conheço que está consciente da importância de distinguir violência e poder. “Temos de decidir se, e em que sentido, o ‘poder’ pode ser distinguido da ‘força’, a fim de descobrir como o fato de usar a força de acordo com a lei muda a qualidade da pró-

⁶¹Ver Karl von Clausewitz, *On War* (1832), Nova York, 1943, cap. 1; Robert Strausz-Hupé, *Power and Community*, Nova York, 1956, p. 4; a citação de Max Weber: “*Macht bedeutet jede Chance, innerhalb einer sozialen Beziehung den eigenen Willen auch gegen Widerstand durchzusetzen*”, foi tirada de Strausz-Hupé [“O poder significa cada oportunidade para impor a própria vontade, inclusive contra qualquer resistência.”]

⁶²Escolhi os exemplos por acaso, pois pouco importa o autor ao qual recorreremos. Apenas ocasionalmente escutamos uma voz discordante. Assim, R.M. McIver afirma: “O poder coercitivo é um critério do Estado, mas não a sua essência. (...) É verdade que não há Estado onde não há uma força esmagadora. (...) Mas o exercício da força não constitui um Estado” (*The Modern State*, Londres, 1926, pp. 222-225). A força dessa tradição pode ser vista na tentativa de Rousseau de escapar a ela. Procurando por um governo sem domínio, ele não encontra nada melhor do que “*une forme d’association (...) par laquelle chacun s’unissant à tous n’obéisse pourtant qu’à lui même*” [“uma forma de associação... por meio da qual cada um, unindo-se a todos, obedeça apenas a si mesmo”]. A ênfase na obediência e, portanto, no comando, não foi alterada.

pria força e apresenta-nos um quadro inteiramente diferente das relações humanas”, posto que a “força, pelo próprio fato de ser qualificada, deixa de ser força”. Mas mesmo essa distinção, de longe a mais sofisticada e arguta na literatura, não vai ao cerne da questão. O poder, no entendimento de Passerin d’Entrèves, é uma “força qualificada” ou “institucionalizada”. Em outras palavras, enquanto os autores anteriormente citados definem a violência como a mais flagrante manifestação do poder, Passerin d’Entrèves define o poder como uma forma de violência mitigada. Em última análise, isso vem a ser o mesmo.)⁶³ Será que todos, da direita à esquerda, de Bertrand de Jouvenel a Mao Tsé-tung, deveriam concordar a respeito de um aspecto tão básico da filosofia política quanto a natureza do poder?

Em termos de nossas tradições do pensamento político, essas definições têm muito que recomendá-las. Elas não apenas derivam da velha noção do poder absoluto, que acompanhou o surgimento do Estado-nação europeu soberano e cujos primeiros e maiores porta-vozes foram Jean Bodin, na França do século XVI, e Thomas Hobbes, na Inglaterra do século XVII, mas também coincidem com os termos usados desde a Antiguidade grega para definir as formas de governo como o domínio do homem pelo homem — de um ou da minoria na monarquia e na oligarquia; dos melhores ou da maioria na aristocracia e na democracia. Hoje poderíamos acrescentar a última e talvez a mais formidável forma de tal dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais

⁶³*The Notion of the State: An Introduction to Political Theory* foi publicado originariamente na Itália, em 1962. A versão inglesa não é apenas uma tradução; escrita pelo próprio autor, é a edição definitiva e apareceu em Oxford em 1967. Para as citações, ver p. 64, 70 e 105.

nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém. (Se, de acordo com o pensamento político tradicional, identificarmos a tirania com o governo que não presta contas a respeito de si mesmo, então o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, pois aí não há a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito. É esse estado de coisas, que torna impossíveis a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que está entre as mais potentes causas da rebelde inquietude espraiada pelo mundo de hoje, da sua natureza caótica, bem como da sua perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente.)

Mais ainda, esse antigo vocabulário foi estranhamente confirmado e reforçado pelo acréscimo da tradição judaico-cristã e sua “concepção imperativa da lei”. Esse conceito não foi inventado pelos “realistas políticos”, sendo antes o resultado de uma generalização muito anterior e quase automática dos “Mandamentos” de Deus, de acordo com a qual “a simples relação de comando e obediência” já era de fato suficiente para identificar a essência da lei.⁶⁴ Finalmente, convicções científicas e filosóficas mais modernas acerca da natureza do homem fortaleceram ainda mais essas tradições legais e políticas. As várias descobertas recentes de um instinto de dominação e de uma agressividade inatos ao animal humano foram precedidas por afirmações filosóficas muito similares. De acordo com John Stuart Mill, “a primeira lição da civilização [é] aquela da obediência”, e ele fala dos “dois estados das inclinações(...) um,

⁶⁴*Ibidem*, p. 129.

o desejo de exercer poder sobre os outros; o outro, a falta de inclinação para sofrer o exercício do poder”.⁶⁵ Se déssemos crédito às nossas próprias experiências nesses assuntos, deveríamos saber que o instinto de submissão, um ardente desejo de obedecer e de ser dominado por alguns homens fortes, é ao menos tão proeminente na psicologia humana quanto a vontade de poder, e, politicamente, talvez mais relevante. O velho adágio “como está apto ao poder aquele que sabe obedecer”, do qual algumas versões parecem ter sido conhecidas em todos os séculos e nações,⁶⁶ bem pode apontar para uma verdade psicológica: isto é, que a vontade de poder e a vontade de obedecer estão interligadas. “A submissão imediata à tirania”, para citar Mill mais uma vez, não é de forma alguma causada sempre pela “passividade extrema”. Inversamente, a ausência de inclinação para obedecer frequentemente faz-se acompanhar de uma ausência de inclinação também bastante forte para dominar e comandar. Falando historicamente, a antiga instituição da economia escrava seria incompreensível nas bases da psicologia de Mill. Sua finalidade expressa era liberar os cidadãos do fardo dos afazeres domésticos e permitir que adentrassem a vida pública da comunidade em que todos eram iguais; se fosse verdade que nada é mais doce do que dar ordens e dominar os outros, o senhor jamais teria abandonado seu lar.

Contudo, existe ainda outra tradição e outro vocabulário não menos antigos e honrados. Quando a cidade-Estado ate-

⁶⁵*Considerations on Representative Government* (1861), Liberal Arts Library, p. 59 e 65.

⁶⁶John M. Wallace, *Destiny his Choice: The Loyalty of Andrew Marvell*, Cambridge, 1968, p. 88-89. Devo essa referência à atenção gentil de Gregory DesJardins.

niense denominou sua Constituição uma isonomia, ou quando os romanos falaram de uma *civitas* como a sua forma de governo, tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se assentava na relação de mando-obediência e que não identificava poder e domínio ou lei e mando. Foi para esses exemplos que os homens das revoluções do século XVIII se voltaram quando vasculharam os arquivos da Antiguidade e constituíram uma forma de governo, uma república, em que o domínio da lei, assentado no poder do povo, poria fim ao domínio do homem sobre o homem, o qual eles pensavam ser um governo “próprio a escravos”. Também eles, infelizmente, ainda falavam em obediência — obediência às leis, em vez de aos homens; mas o que eles de fato queriam dizer era apoio às leis para as quais os cidadãos haviam dado seu consentimento.⁶⁷ Tal apoio nunca é inquestionável, e no que concerne à confiabilidade ele não pode alcançar a “obediência inquestionável” que, de fato, um ato de violência pode impor — a obediência com a qual pode contar todo criminoso quando me arrebatava a carteira com a ajuda de uma faca ou rouba um banco com a ajuda de uma arma. É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condições de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. Isso é o que Madison queria dizer quando afirmou que “todos os governos se assentam na opinião”, frase tão verdadeira para as várias formas de

⁶⁷Ver Apêndice XI, p. 122.

monarquia quanto para as democracias. (Supor que a maioria controla as funções apenas na democracia é uma ilusão fantástica, como observa Jouvenel: “O rei, que não é mais do que um indivíduo solitário, depende muito mais do apoio geral da sociedade do que em qualquer outra forma de governo.”⁶⁸ Mesmo o tirano, o Um que governa contra todos, precisa de ajudantes na tarefa da violência, ainda que seu número possa ser restrito.) Entretanto, o vigor da opinião, quer dizer, o poder do governo, depende de números; ele reside “na proporção do número ao qual é associado”,⁶⁹ e a tirania, como descobriu Montesquieu, é portanto a mais violenta e menos poderosa das formas de governo. De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos. Um domínio legalmente irrestrito da maioria, uma democracia sem Constituição, pode ser muito formidável na supressão dos direitos das minorias e muito efetivo em sufocar o dissenso sem qualquer uso da violência. Mas isso não significa que violência e poder sejam o mesmo.

A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos. É portanto bastante enganoso sustentar, como tem sido feito com frequência, que uma ínfima minoria desarmada interrompeu com sucesso, por meio da violência — gritando, tumultuando etc. —, amplas salas de aula, cuja maioria esmagadora votara pelos procedimentos normais de ensino. (Em caso recente em uma universidade alemã, hou-

⁶⁸*Op. cit.*, p. 98.

⁶⁹*The Federalist*, n° 49.

ve mesmo um solitário “dissidente” entre muitas centenas de estudantes que poderiam reivindicar essa estranha vitória.) O que de fato acontece nesses casos é algo muito mais sério: a maioria claramente se recusa a usar o poder para subjugar os desordeiros; os processos acadêmicos se interrompem porque ninguém está disposto a levantar mais do que um dedo e votar pelo *statu quo*. Aquilo a que as universidades se opõem é a “imensa unidade negativa” da qual fala Stephen Spender em outro contexto. Tudo isso prova apenas que uma minoria pode ter um poder potencial muito maior do que se esperaria contando votos em pesquisas de opinião pública. A maioria meramente observadora, entretida com o espetáculo da gritaria entre os estudantes e o professor, já é de fato aliada latente da minoria. (Bastaria imaginar o que teria acontecido se um ou poucos estudantes judeus desarmados, na Alemanha pré-Hitler, tentassem interromper a aula de um professor antisemita para compreender o absurdo das falas acerca das pequenas “minorias de militantes”.)

Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras-chave tais como “poder”, “vigor”, “força”, “autoridade” e, por fim, “violência” — as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes e que dificilmente existiriam se assim não fosse. (Nas palavras de d’Entrèves, “força, poder e autoridade são palavras a cujas exatas implicações não se confere muito peso na conversação corrente; mesmo os maiores pensadores por vezes as utilizam aleatoriamente. Todavia, é justo presumir que elas se refiram a diferentes qualidades, e, portanto, seu significado deveria ser cuidadosamente avaliado e examinado. (...) O uso correto dessas noções não é apenas questão de gramática lógica, mas de

perspectiva histórica”).⁷⁰ Utilizá-las como sinônimos indica não apenas uma certa surdez aos significados linguísticos, o que já seria grave em demasia, mas também resulta em uma certa cegueira às realidades a que eles correspondem. Em tal situação é sempre tentador introduzir novas definições, porém — muito embora eu vá ceder à tentação brevemente — o que está em jogo aqui não é apenas uma questão de linguagem imprecisa. Por trás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre “quem domina quem”. Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. Somente quando os assuntos públicos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou, antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade.

Essas informações, em nosso contexto, podem ser enumeradas como se segue:

O *poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos

⁷⁰*Op. cit.*, p. 7. Cf. também p. 171, na qual, discutindo o sentido exato das palavras “nação” e “nacionalidade”, ele insiste corretamente em que “os únicos guias competentes na selva de significados tão diferentes são os linguistas e os historiadores. É ao seu auxílio que devemos recorrer”. E, ao distinguir autoridade e poder, volta-se para o dito de Cícero: *potestas in populo, auctoritas in senatu*.

referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*: sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “seu poder” também se esvanece. Em seu uso corrente, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, já usamos a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o “vigor”.

O *vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entram em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar. A hostilidade quase instintiva dos muitos contra o único tem sido sempre atribuída, de Platão a Nietzsche, ao ressentimento, à inveja dos fracos aos fortes, mas essa interpretação psicológica não atinge o alvo. É da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor individual.

A *força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente se esta serve como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “força das circunstâncias” (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.

A *autoridade*, relacionada com o mais enganoso desses fenômenos e, portanto, um termo do qual se abusa com fre-

quência,⁷¹ pode ser investida em pessoas — há algo como a autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor —, ou pode ser investida em cargos como, por exemplo, no Senado romano (*auctoritas in Senatu*); ou ainda em postos hierárquicos da Igreja (um padre pode conceder a absolvição mesmo bêbado). Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a autoridade tanto ao bater em seu filho quanto ao discutir com ele, ou seja, tanto se comportando em relação a ele como um tirano quanto o tratando como igual.) Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada.⁷²

⁷¹Há algo como um governo autoritário, mas ele certamente nada tem a ver com a tirania, a ditadura ou o domínio totalitário. Para uma discussão do cenário histórico e da significação política do termo, ver o meu "What is Authority?", in *Between Past and Future: Exercises in Political Thought*, Nova York, 1968 ["O que é a Autoridade?", in *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1979], e a Parte I do valioso estudo de Karl-Heinz Lübke, *Auctoritas bei Augustin*, Stuttgart, 1968, com extensa bibliografia.

⁷²Wolin e Schaar, *op. cit.*, estão totalmente certos: "As regras estão sendo quebradas porque as autoridades universitárias, administradores e docentes perderam o respeito de muitos dos estudantes." Eles então concluem: "Quando a autoridade acaba, entra o poder." Isso também é certo, mas temo que não exatamente nesse sentido. O que entrou primeiro em Berkeley foi o poder dos estudantes, obviamente o maior poder em todo o *campus* por causa do número superior de estudantes. Foi com o intuito de quebrar esse poder que as autoridades recorreram à violência, e é precisamente porque a universidade é uma instituição baseada na autoridade e, portanto, dependente de respeito, que parece ser tão difícil lidar com o poder em termos não violentos. Hoje, a universidade chama a polícia para sua proteção como a Igreja Católica o fazia antes que a separação entre Estado e Igreja a obrigasse a apoiar-se apenas na autoridade. É talvez mais do que uma singularidade que a mais severa crise da Igreja como instituição tenha coincidido com a mais severa crise na história da universidade, a única instituição secular ainda fundada na autoridade. Ambas podem de fato ser atribuídas à "progressiva explosão do átomo 'obediência', cuja estabilidade supunha-se eterna", como o observou Heinrich Böll acerca da crise nas Igrejas. Ver "Es wird immer später", in *Antwort an Sacharow*, Zurique, 1969.

Finalmente, a *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.

Talvez não seja supérfluo acrescentar que essas distinções, embora de forma nenhuma arbitrarias, dificilmente correspondem a compartimentos estanques no mundo real, do qual, entretanto, são extraídas. Assim, o poder institucionalizado em comunidades organizadas frequentemente aparece sob a forma da autoridade, exigindo reconhecimento instantâneo e inquestionável; nenhuma sociedade poderia funcionar sem isso. (Um incidente pequeno e isolado em Nova York mostra o que pode acontecer se a autoridade autêntica nas relações sociais quebrar-se a ponto de não poder mais operar mesmo em sua forma derivativa e puramente funcional. Um pequeno defeito no sistema do metrô — as portas de um trem falharam em sua operação — transformou-se em um sério colapso em toda a linha, durando quatro horas e envolvendo mais de 50 mil passageiros, tudo porque, quando as autoridades do trânsito pediram aos passageiros que deixassem o trem defeituoso, eles simplesmente se recusaram a fazê-lo.)⁷³ Ademais, nada, como veremos, é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema. Disso não se segue que autoridade, poder e violência sejam o mesmo.

⁷³Ver *The New York Times*, 4 de janeiro de 1969, p. 1 e 29.

Todavia, deve ser admitido que é particularmente tentador pensar o poder em termos de comando e obediência e assim equiparar poder e violência. Na discussão daquilo que, de fato, é apenas um dos casos especiais do poder — isto é, o poder de governo. Visto que nas relações internacionais, tanto quanto nos assuntos domésticos, a violência aparece como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais — o inimigo externo, o criminoso nativo —, de fato é como se a violência fosse o pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro ou mostrará ser um tigre de papel. Observando-se a questão mais de perto, entretanto, essa noção perde muito de sua plausibilidade. Para o nosso propósito, a lacuna existente entre a teoria e a realidade é talvez mais bem ilustrada pelo fenômeno da revolução.

Desde o começo do século, teóricos da revolução nos têm dito que as chances de revolução diminuíram significativamente, na proporção do aumento da capacidade destrutiva das armas à disposição única dos governos.⁷⁴ A história dos últimos

⁷⁴Assim, Franz Borkenau, refletindo sobre a derrota da revolução espanhola, afirma: "Nesse tremendo contraste com revoluções prévias um fato se reflete. Antes desses últimos anos, a contrarrevolução comumente dependia do apoio de poderes reacionários, os quais eram inferiores técnica e intelectualmente às forças da revolução. Isso mudou com o advento do fascismo. Agora, toda revolução provavelmente encontrará o ataque da maquinaria mais moderna, eficiente e impiedosa já em existência. Isso significa que a era das revoluções livres para evoluir de acordo com suas próprias leis acabou-se." Isso foi escrito há mais de trinta anos (*The Spanish Cockpit*, Londres, 1937; Ann Arbor, 1963, p. 288-289) e é agora citado com a aprovação de Chomsky (*op. cit.*, p. 310). Ele crê que as intervenções americana e francesa na guerra civil no Vietnã provam o caráter acurado da predição de Borkenau, "com a substituição do 'fascismo' pelo 'imperialismo liberal'". Penso que esse exemplo está mais apto a provar o contrário.

setenta anos, com seu extraordinário número de revoluções bem-sucedidas e malsucedidas, conta-nos algo diferente. Eram loucos aqueles que se levantaram contra uma disparidade tão esmagadora? E, deixando de lado os exemplos de sucesso absoluto, como explicar mesmo um sucesso temporário? O fato é que a lacuna entre os meios de violência possuídos pelo Estado e aquilo que o povo pode juntar por si mesmo — de garrafas de cerveja a coquetéis molotov e armas — sempre foi tão imensa que as melhorias técnicas dificilmente fazem qualquer diferença. Cartilhas sobre "como fazer uma revolução" em um passo a passo progressivo, da discordância à conspiração, da resistência ao levante armado, baseiam-se todas na noção enganosa de que as revoluções são "feitas". Em um conflito da violência contra a violência, a superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas essa superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta — isto é, enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. Quando esse não é mais o caso, a situação muda abruptamente. Não apenas a rebelião não é contida, mas também as próprias armas mudam de mãos — algumas vezes, como na Revolução Húngara, em poucas horas. (Devíamos saber isso após todos esses anos de luta inútil no Vietnã, onde por um longo tempo, antes de receber a ajuda maciça dos russos, a Frente de Libertação Nacional nos combateu com armas feitas nos Estados Unidos.) Apenas depois que isso aconteceu, quando a desintegração do governo no poder permitiu aos rebeldes armar-se, pôde-se falar de um "levante armado", o qual frequentemente não acontece ou acontece apenas quando não é mais necessário. Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis e a ques-

tão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência. A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante quanto a obediência civil — às leis, aos governantes, às instituições — nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento.

Onde o poder se desintegrou as revoluções são possíveis, mas não necessárias. Conhecemos vários exemplos em que se permitiu a regimes totalmente impotentes continuar a existir por longos períodos de tempo — tanto porque não houve ninguém para testar o seu vigor e revelar a sua fraqueza, quanto porque eles foram espertos o suficiente para não se engajar em guerras e sofrer a derrota. A desintegração frequentemente se torna manifesta apenas no confronto direto, e mesmo então, quando o poder jaz nas ruas, é preciso que um grupo de homens preparados para tal eventualidade tome-o e assuma a responsabilidade. Testemunhamos recentemente como não foi preciso mais do que uma rebelião de estudantes franceses, relativamente inofensiva e essencialmente não violenta, para revelar a vulnerabilidade de todo o sistema político, que logo se desintegrou ante os olhos espantados dos jovens rebeldes. Sem saber, eles o haviam testado; eles pretendiam apenas desafiar o engessado sistema universitário e veio abaixo o sistema governamental de poder com aquele das imensas burocracias partidárias — “*une sorte de désintégration de toutes les hiérarchies*” (“uma espécie de desintegração de todas as hierarquias”).⁷⁵ De acordo com os manuais, era o caso de uma situação revolu-

⁷⁵Raymond Aron, *La Révolution Introuvable*, 1968, p. 41.

cionária⁷⁶ que não se desenvolveu em uma revolução porque não havia ninguém, e menos ainda os estudantes, preparado para agarrar o poder e a responsabilidade que o acompanha. Ninguém, exceto De Gaulle, é claro. Nada foi mais característico a respeito da seriedade da situação do que seu apelo ao exército, sua viagem para ver Massu e os generais na Alemanha, o passeio a Canossa, se é que houve um, em vista do que acontecera apenas poucos anos antes. Mas o que ele procurou e recebeu foi apoio, não obediência, e os meios não foram ordens, mas concessões.⁷⁷ Se as ordens tivessem sido suficientes, ele jamais precisaria ter deixado Paris.

Jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder — a polícia secreta e sua rede de informantes. Apenas o desenvolvimento de soldados-robôs, que, como antes mencionado, eliminaria por completo o fator humano e, presumivelmente, permitiria a um homem destruir quem quer que desejasse tão somente apertando um botão, poderia mudar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica que conhecemos — o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número — não se amparava em meios superiores de coerção como tais, mas em uma organização superior do poder — isto é, na soli-

⁷⁶Stephen Spender, *op. cit.*, p. 56, discorda: “O que era muito mais aparente do que a situação revolucionária [era] a situação não revolucionária.” Pode ser “difícil pensar em uma revolução acontecendo quando (...) todo o mundo parece particularmente bem-humorado”, mas isso é o que ocorre usualmente no começo da revolução, durante o grande êxtase da fraternidade.

⁷⁷Ver Apêndice XII, p. 123.

dariedade organizada dos senhores.⁷⁸ Homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso. Assim, em assuntos domésticos, a violência funciona como o último recurso do poder contra criminosos ou rebeldes — quer dizer, contra indivíduos singulares que, por assim dizer, recusam-se a ser subjugados pelo consenso da maioria. E, quanto à guerra efetiva, temos visto no Vietnã quanto uma enorme superioridade nos meios da violência pode tornar-se inútil se confrontada com um oponente mal equipado mas bem organizado, que é muito mais poderoso. Essa lição, por certo, já podia ter sido aprendida da história da guerra de guerrilhas, que é pelo menos tão antiga quanto a derrota do exército até então invicto de Napoleão na Espanha.

Mudando por um momento para a linguagem conceitual: o poder é de fato a essência de todo governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada. O fim da guerra — fim tomado em seu duplo sentido — é a paz ou a vitória; mas para a questão “e qual é o fim da paz?” não há resposta. A paz é um absoluto, mesmo se na história registrada os períodos de guerra quase sempre superaram os períodos de paz. O poder está na mesma categoria; ele é, como se diz, “um fim em si mesmo”. (Isso, com certeza, não implica negar que os governos sigam políticas e empreguem seu poder para alcançar objetivos pres-

⁷⁸Na Grécia antiga, tal organização de poder era a *polis*, cujo principal mérito, de acordo com Xenofonte, era que ela permitia aos “cidadãos agir como guarda-costas uns dos outros contra os escravos e criminosos, de modo que nenhum cidadão pudesse ter uma morte violenta” (*Hiero*, IV, 3).

critos. Mas a própria estrutura de poder precede e supera todas as metas, de sorte que o poder, longe de ser o meio para um fim, é de fato a própria condição que capacita um grupo de pessoas a pensar e a agir em termos das categorias de meios e fins.) E posto que o governo é essencialmente poder organizado e institucionalizado, a questão ordinária “qual é o fim do governo?” também não faz muito sentido. A resposta será redundante — possibilitar que os homens vivam em comum — ou perigosamente utópica — promover a felicidade ou concretizar a sociedade sem classes ou qualquer outro ideal não político, o qual, se tentado com perseverança, só pode acabar em alguma forma de tirania.

O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o de que ele realmente precisa é legitimidade. O tratamento corriqueiro dessas duas palavras como sinônimos não é menos enganoso ou confuso do que a equação corrente entre obediência e apoio. O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então se possa seguir. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato.

Poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, o fator primário e predominante.

A situação é, contudo, inteiramente diferente quando lidamos com eles em seu estado puro — como, por exemplo, na invasão e ocupação estrangeiras. Vimos que a equação ordinária entre violência e poder se assenta na compreensão do governo como a dominação do homem pelo homem por meio da violência. Se um conquistador externo se confronta com um governo impotente e com uma nação desacostumada ao exercício do poder político, é fácil para ele conseguir tal dominação. Em todos os outros casos, as dificuldades são muito grandes, e o ocupante invasor tentará imediatamente estabelecer governos colaboracionistas, quer dizer, encontrar uma base de poder nativa para apoiar sua dominação. O conflito frontal entre os tanques russos e a resistência totalmente não violenta do povo tcheco é um caso exemplar da confrontação entre violência e poder em seus estados puros. Mas a dominação, em tal circunstância, mesmo sendo difícil de consumir, não é impossível. Devemos sempre lembrar que a violência não depende de números ou de opiniões, mas de implementos, e, como mencionado anteriormente, os implementos da violência, como todas as ferramentas, amplificam e multiplicam o vigor humano. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder rapidamente descobrem que não são confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos cuja desumanidade e eficácia destrutiva aumentam na proporção da distância que separa os oponentes. A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder.

Em um conflito frontal entre a violência e o poder dificilmente o resultado é duvidoso. Se a estratégia da resistência não violenta de Gandhi, extremamente poderosa e bem-sucedida,

tivesse encontrado um inimigo diferente — a Rússia de Stálin, a Alemanha de Hitler e mesmo o Japão do pré-guerra, em vez da Inglaterra —, o resultado não teria sido a descolonização, mas o massacre e a submissão. Entretanto, tanto a Inglaterra na Índia como a França na Argélia tinham boas razões para refrearem-se. O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido; é precisamente o encolhimento do poder do governo russo, interna e externamente, que se tornou manifesto em sua “solução” do problema na Tchecoslováquia — assim como fora o encolhimento do poder do imperialismo europeu que se tornou manifesto na alternativa entre descolonização e massacre. Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele não é apenas pago pelo vencido mas também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder. Isso é especialmente verdadeiro quando o vitorioso desfruta internamente os benefícios do governo constitucional. Henry Steele Commager está absolutamente certo: “Se subvertermos a ordem mundial e destruímos a paz mundial, deveremos antes subverter e destruir nossas próprias instituições políticas”.⁷⁹ O temido efeito bumerangue do “governo de raças subjugadas” (Lord Cromer) sobre o governo da metrópole durante a era imperialista significava que o domínio pela violência em terras distantes terminaria por afetar o governo da Inglaterra e a última “raça subjugada” seriam os próprios ingleses. O recente ataque a gás no *campus* de Berkeley, onde se lançou não apenas o gás lacrimogêneo, mas também um outro tipo de gás, “proibido pela Convenção de Genebra e usado pelo exército para o extermínio de guerrilheiros no Vietnã”, enquanto

⁷⁹“Can We Limit Presidential Power?”, in *The New Republic*, 6 de abril de 1968.

guardas protegidos por máscaras impediam tudo e todos de “escapar da área infestada”, é um excelente exemplo desse fenômeno de “ricochete”. Tem sido bastante afirmado que a impotência gera violência, e, psicologicamente, isso é verdadeiro, ao menos para pessoas que possuam vigor natural, moral ou físico. Politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder torna-se uma tentativa substituí-lo pela violência — em 1968, durante a Convenção Democrática, em Chicago, pudemos assistir a esse processo pela televisão⁸⁰ —, e essa violência por si mesma resulta em impotência. Onde a violência não mais está escorada e restringida pelo poder, a tão conhecida inversão no cálculo dos meios e fins faz-se presente. Os meios, os meios da destruição, agora determinam o fim — com a consequência de que o fim será a destruição de todo o poder.

Em nenhum outro lugar fica mais evidente o fator autodestrutivo da vitória da violência sobre o poder do que no uso do terror para manter a dominação, sobre cujos estranhos sucessos e falhas eventuais sabemos talvez mais do que qualquer geração anterior. O terror não é o mesmo que a violência; ele é, antes, a forma de governo que advém quando a violência, tendo destruído todo o poder, em vez de abdicar, permanece com controle total. Tem sido observado que a eficiência do terror depende quase totalmente do grau de atomização social. Toda forma de oposição organizada deve desaparecer antes que possa ser liberada a plena força do terror. Essa atomização — uma palavra ultrajantemente pálida e acadêmica para o horror aí implicado — é sustentada e intensificada por meio da ubiquidade do informante, que pode se tornar literalmente onipresente

⁸⁰Ver Apêndice XIII, p. 124.

porque já não é mais um mero agente profissional a soldo da polícia, mas, potencialmente, qualquer pessoa com quem se tenha contato. Como tal estado policial plenamente desenvolvido se estabelece e age — ou melhor, como nada funciona onde ele impera — pode agora ser aprendido em *The First Circle*, de Aleksander I. Solzhenitsyn, que provavelmente restará como uma das grandes obras da literatura do século XX e que por certo contém a melhor documentação existente sobre o regime de Stálin.⁸¹ A diferença decisiva entre a dominação totalitária, baseada no terror, e as tiranias e as ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira investe não apenas contra seus inimigos, mas também contra seus amigos e apoiadores, temendo todo poder, mesmo o poder de seus amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas próprias crias, quando o executante de ontem se torna a vítima de hoje. E esse é também o momento em que o poder desaparece completamente. Existem agora muitas explicações plausíveis para a desestalinização da Rússia — nenhuma delas, creio, mais convincente do que a percepção dos próprios funcionários stalinistas de que uma continuação do regime levaria não a uma insurreição, contra a qual o terror é de fato a melhor salvaguarda, mas à paralisia de todo o país.

Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência;

⁸¹Ver Apêndice XIV, p. 125.

falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo. A grande confiança de Hegel e Marx no “poder da negação” dialética — em virtude da qual os opostos não se destroem, mas desenvolvem-se suavemente, transformando-se um no outro, pois as contradições promovem o desenvolvimento e não o paralisam — assenta-se em um preconceito filosófico muito mais antigo: que o mal não é mais do que um *modus* privativo do bem, que o bem pode advir do mal; que, em síntese, o mal é apenas a manifestação temporária de um bem ainda oculto. Tais opiniões, desde há muito veneradas, tornaram-se perigosas. São compartilhadas por muitos que jamais ouviram falar em Hegel ou Marx, pela simples razão de que elas inspiram esperança e dissipam o medo — uma esperança traiçoeira usada para dissipar um medo legítimo. Com isso, não pretendo equiparar a violência ao mal; quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, a fim de compreendê-la pelo que é, teremos de examinar suas raízes e sua natureza.

Capítulo 3